

Piauí cria normas de servidores durante o período eleitoral

O decreto também normatiza a adequação das placas de obras

Agência GOV

O governo do Piauí divulgou as condutas vedadas aos agentes públicos estaduais em razão do pleito eleitoral de 2026. O decreto nº 24.400, de 17 de março de 2026, estabelece diretrizes e determinações obrigatórias aos agentes públicos da administração pública estadual direta, autárquica, fundacional e das empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes de recursos do Tesouro Estadual.

O objetivo é a observância das normas eleitorais, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade administrativa, publicidade, eficiência e legitimidade.

De acordo com o decreto, a infringência de qualquer dispositivo da legislação eleitoral vigente ou qualquer ato praticado em desconformidade as normas será de inteira responsabilidade do agente público que o praticar, sendo passível de procedimento disciplinar e sujeito à responsabilidade penal, cível, administrativa e eleitoral.

O decreto destaca também que nos três meses que antecedem o pleito e até a posse dos eleitos, é vedado nomear, contratar ou, por qualquer forma, admitir, dispensar sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou, por outros meios, dificultar



O objetivo é a observância das normas eleitorais

ou impedir o exercício funcional e, ainda, de ofício, remover, transferir ou exonerar servidora ou servidor público(a), na circunscrição do pleito, sob pena de nulidade de pleno direito.

Dentre as principais orientações está ainda a proibição aos agentes públicos estaduais, no exercício de suas funções ou valendo-se de sua condição funcional, de produzir, disseminar, compartilhar ou conferir aparência de oficialidade a conteúdo que contenha desinformação

apta a comprometer a integridade do processo eleitoral.

A vedação inclui a utilização de canais oficiais de comunicação, sítios eletrônicos, redes sociais institucionais e quaisquer outros meios de informação mantidos ou custeados pelo Estado para veiculação de conteúdo que contenha informações falsas, descontextualizadas ou manipuladas sobre candidatas(os), partidos políticos, federações, coligações, o sistema eletrônico de votação ou a Justiça Eleitoral.

As normas incluem também o uso de bens e recursos públicos com a proibição da permissão ou qualquer forma de utilização de bens móveis ou imóveis pertencentes à Administração Direta ou Indireta, em benefício de candidata(o), partido político, federação ou coligação, ao longo do ano eleitoral de 2026, ressalvada a cessão de prédios públicos para a realização de convenções partidárias.

Também está proibido para os servidores manifestações, in-

clusive por meios digitais, em horário de expediente, de preferência por determinada(o) candidata(o), inclusive por meio de redes sociais, utilização de camisetas, bonés, broches, distintivos, faixas e qualquer outra peça de vestuário que contenha propaganda eleitoral, bem como a colocação de cartazes, adesivos, o porte, a exibição ou a distribuição de "santinhos", flâmulas, bandeiras ou qualquer tipo de peça publicitária nas dependências internas do local de trabalho, em veículos oficiais ou custeados com recursos públicos.

O decreto ainda normatiza a adequação das placas de obras que devem ser alteradas para a retirada ou cobertura de quaisquer nomes, slogans, símbolos, expressões, imagens ou outros elementos que permitam identificar governos ou administrações cujos cargos estejam em disputa na eleição, sendo permitida apenas a manutenção dos símbolos oficiais do Estado do Piauí. Outra opção é a retirada das próprias placas, se assim entenderem mais apropriado os dirigentes dos órgãos. Em relação a publicidade institucional, o decreto destaca que nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, é vedada a autorização de publicidade institucional dos atos.

PB financia ação de segurança alimentar

Ascom PB

Uma pesquisa financiada pelo governo da Paraíba investigou as comunidades microbianas ao longo do processo de produção de caprinos e ovinos que consomem palma forrageira e silagens. O estudo demonstrou como a diversidade microbiana dos alimentos influencia na ocorrência e predominância de microrganismos patogênicos no trato gastrointestinal dos animais e seu impacto na segurança alimentar.

O projeto foi executado por pesquisadores do Departamento de Zootecnia, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba (CCA/UFPB), com investimento do Governo da Paraíba, por meio da Fundação de Apoio à Pesquisa da Paraíba (Fapesq) e apoio da Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior (Secties).

A pesquisa, coordenada pelo prof. Dr. Edson Mauro Santos, identificou alguns fatores de riscos associados ao manejo alimentar dos animais que propor-



cionam maior ocorrência e predominância de microrganismos patogênicos no trato gastrointestinal dos animais e, no leite e carne desses animais.

O projeto foi composto por nove experimentos, realizados entre agosto de 2019 e dezembro de 2023. Os ensaios de campo fo-

ram realizados na Estação Experimental de Pendência da Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (Empaer) e as análises laboratoriais na UFPB e Instituto Nacional do Semiárido (INSA).

Os pesquisadores estudaram a comunidade bacteriana de sila-

gens de sorgo e palma forrageira e sua influência na comunidade bacteriana do trato gastrointestinal de ovinos e caprinos, o que permitirá avançar na modelagem técnica e experimental com relação ao uso de alimentos conservados na dieta de pequenos ruminantes. E ainda a evolução do

microbioma bacteriano de rações com palma forrageira ao longo do tempo e seu impacto na saúde animal, o que tem permitido entender as implicações técnicas e de saúde animal no que se refere ao uso de palma forrageira em rações para pequenos ruminantes, uma vez que esse recurso forrageiro é a base da alimentação de ruminantes no Semiárido brasileiro.

De acordo com os resultados da pesquisa, o projeto conseguiu avaliar que a confecção de rações para pequenos ruminantes tem papel fundamental na saúde e segurança alimentar dos animais. Houve a detecção de microrganismos patogênicos sobre a ração dos animais e foram determinados manejos alimentares capazes de diminuir ou impedir sua proliferação, evitando assim, a contaminação dos animais. Além disso, houve a divulgação de manejos adequados de alimentação de pequenos ruminantes para produtores rurais do Semiárido Paraibano.

Pesquisa investigou micróbios que aparecem na produção